

A cobiça do monstro constitucional

JOAQUIM CUNHA*

presidente@pmeportugal.com.pt



> Afinal a culpa da crise já tem novo dono. Desenganem-se se pensam que foi a economia mundial. Ou a desaceleração da Europa. Ou os desmandos do guterrismo. Ou o obscurantismo das Finanças. Afinal, segundo o Presidente da República e o primeiro-ministro, o crime sem rosto dos não pagantes de impostos é o grande problema nacional. Ambos inauguraram o ano promovendo ao estatuto de inimigo público número um a fuga fiscal, esse putativo movimento silencioso que teve honras de Estado.

Não bastara já a expulsão dos judeus ou as ocupações selvagens do pós 25/4. Cobiça o teu vizinho, o lucro é pecado, está subentendido nos discursos oficiais. Num país que ainda estivesse na onda do socialismo, da estatização, eu compreenderia. Mas em Portugal, pequena economia aberta, que quer atrair investimento estrangeiro, com uma economia informal semelhante à de Espanha, Itália ou França, é forçado.

Dois orçamentos de Estado, tirando alguma cosmética e urgência, não ousaram mudar a estrutura da despesa pública. O Banco de Portugal concluiu que foi nos anos eleitorais que se cometeu os abusos que conduziram ao défice de um a quatro por cento. O Tribunal de Contas denuncia irregularidades nas contas de todos os partidos. Ambas as realidades, demasiado graves, passam ao lado.

Tenho dificuldade em acreditar nas reformas a dois anos das eleições. Não vislumbro coragem política para enfrentar os habituais dinossauros. Que querem conservar a Função Pública na mediocridade a que, sem controlo, planeamento ou esclarecimento, foi sendo votada ao longo dos anos. Claro que, com os actuais índices económicos – ainda recessivos e sem confiança no futuro –, muitos são os que aderirão às ideias de que mais vale um emprego medíocre com um salário mediano do que a perspectiva da mudança, da oportunidade de, com mérito, passarem a ganhar mais. E a custar menos aos restantes.

Onde, afinal, existe uma grande oportunidade de mudança idiotas reproduzidos com grande alarido nos média vêem precaridade. Ora, a “precaridade” é parte essencial do mundo em que vivemos. Na era da internet, da globalização, não há mais espaço para a má gestão. Mercadorias e capitais movem-se sem

barreiras. À procura de melhores oportunidades.

Os funcionários do Estado – ou, pior, quem diz representá-los – é que não se movem. Vivem numa economia fechada. De uma Constituição “rumo ao socialismo”. De uma luta de classes marxista que só faz sentido como importante contributo para a história do pensamento económico. Romper com estas alarvidades, que garantem, porém, um estatuto e empregos remunerados e pagos por todos aos dirigentes do proletariado público, exige coragem. Cortar no Estado implica alterar radicalmente o estatuto, remuneração e quantidade dos funcionários públicos?

É fácil fazer o discurso populista contra os empresários com o qual se iniciou o ano. Para logo a seguir se exceptuar “contribuintes exemplares”, como os taxistas, do pagamento da colecta forçada. Prevaleceu a política de rua sobre o bom senso. Afinal, as empresas e trabalhadores que todos os dias constroem o País não têm tempo ou postura para perder com os dispartes que o Terreiro do Paço proporciona.

Felizmente, Portugal vai recuperar. Graças às suas empresas. Como escrevia, nesta semana, no “DN” o ex-assessor de Cavaco Silva para a Economia, Prof. César das Neves: “Muito boa é a economia que suporta uma carga destas e ainda evolui alguma coisinha.”

* Presidente da PME-Portugal